

Proteção social e o empoderamento das mulheres rurais na África¹

Raquel Tebaldi e Mariana Hoffmann, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) e Maja Gavrilovic, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)

O segundo webinar na série “Proteção Social sensível a gênero” explorou o potencial das políticas para o empoderamento das mulheres dos meios rurais, com foco na região Africana. Amber Peterman discutiu as evidências de dois pressupostos comuns que sustentam a orientação dos programas de transferência de renda: i) de que entregar os benefícios para as mulheres levará a um gasto mais benéfico à família; e ii) de que os programas de proteção social, necessariamente, possibilitarão o empoderamento das mulheres beneficiárias. Em ambos os casos, quando existem estudos rigorosos, a evidência atual ainda não é conclusiva.

Peterman apresentou os resultados de pesquisas sobre os efeitos de dois programas de transferência de renda incondicionais para crianças no Lesoto e Zâmbia. No que diz respeito aos impactos diferenciados por gênero sobre os resultados específicos das crianças beneficiárias, no Lesoto, o programa teve forte impacto positivo sobre a matrícula e o tempo gasto na escola (impulsionado principalmente por meninas) e sobre a redução do trabalho agrícola (estimulado sobretudo por meninos) para crianças com idade entre 13 e 17 anos. Esses resultados também foram influenciados pela estrutura do agregado familiar, dependendo se homens ou mulheres eram os chefes de família, no sentido de que os resultados em famílias chefiadas por mulheres tenderam a favorecer os meninos. Possivelmente porque tais famílias dispõem de pouca mão de obra e dependiam mais do trabalho de meninos antes da transferência, e também por quem recebe o benefício dentro de uma casa com dois adultos (pai ou mãe): o recebimento pelo pai teve mais impactos positivos quanto à escolaridade das meninas e à diminuição da incidência do trabalho agrícola entre meninos, aumentando, simultaneamente, o volume de seu trabalho em tarefas domésticas.

Na Zâmbia, o dinheiro recebido pelas mulheres não alterou dramaticamente a dinâmica de poder dentro das famílias, incluindo medidas clássicas de “poder de negociação” nas tomadas de decisão das mulheres, embora existam mudanças positivas sutis no empoderamento das mulheres, principalmente porque elas foram capazes de controlar o dinheiro e usá-lo para poupar e para fins produtivos. Tais resultados comprovam que as transferências de renda têm potencial para diminuir a desigualdade de gênero, mas uma análise mais aprofundada é necessária a respeito de como a focalização influencia nos resultados, sobre como medir o empoderamento das mulheres e como aplicar os indicadores de empoderamento em diferentes contextos.

A apresentação de Markus Goldstein focou-se em três tipos de intervenções: i) programas de formação profissional; ii) de desenvolvimento de negócios; e ii) aqueles relacionados a ativos produtivos e seus impactos sobre o empoderamento de meninas e mulheres. Estudos randomizados controlados sobre programas de capacitação profissional na Libéria mostraram aumento nas poupanças, enquanto em Uganda houve aumento nas atividades de geração de renda, as mulheres passaram a gastar mais dinheiro com elas mesmas, e os indicadores de fecundidade e de estupro diminuíram. Resultados preliminares de programas de desenvolvimento de negócios no Togo demonstram que os programas de formação individual revelam resultados promissores quando comparados a programas de formação padrão, enquanto programas de registro de empresas no Malauí com sessões de treinamento em assuntos financeiros funcionou bem em termos do aumento do número de empresas formais, da utilização de serviços bancários e do aumento dos lucros para homens e mulheres igualmente. Finalmente, programas de registro de terras em Ruanda e Benin também demonstram que a promoção de direitos de propriedade melhores e mais seguros para mulheres gera maior investimento na terra. Goldstein destacou a importância da convergência emergente entre a proteção social e programas de desenvolvimento de negócios sobre o papel de intervenções integradas, também conhecidas como “cash plus” ou “training plus”. Enquanto tal situação pode levar a desafios para os doadores e para os governos no sentido de coordenar e harmonizar tais intervenções de forma eficaz, essas abordagens inovadoras apresentam uma oportunidade de promover meios de sustento mais resilientes e a igualdade de gênero de forma mais sustentável.



Leisa Perch destacou a necessidade de situar a discussão sobre a desigualdade de gênero no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Questões importantes surgiram a partir da apresentação. Qual é o papel da proteção social para responder a questões estruturais da desigualdade de gênero? Como podemos fornecer ferramentas e serviços, incluindo as iniciativas de desenvolvimento de negócios, para promover o empoderamento das mulheres? Especialmente relevante foi o ponto de como abordar a questão do empoderamento das mulheres na tomada de decisões dentro das famílias. O papel instrumental muitas vezes atribuído a mulheres pelos programas de proteção social não parece conduzir, necessariamente, aos melhores resultados para as famílias e para o bem-estar dos membros individuais, como é comumente presumido. Os programas precisam garantir que não estão limitando o papel da mulher ao cuidado, mas também promovendo seus papéis produtivos na família e na comunidade, ampliando seus direitos para o desenvolvimento econômico. Perch salientou que ambas as apresentações mostraram amplo espectro de intervenções, que podem abordar a questão da desigualdade entre os sexos e que os diferentes “pacotes” de intervenções têm de ser adaptados a diferentes contextos, não só no âmbito nacional, mas também nas comunidades. Tais abordagens complementares também apresentam oportunidades para governos e doadores trabalharem em conjunto de forma mais eficaz, não apenas impulsionado por ferramentas específicas, mas, principalmente, por meio do estabelecimento de metas e objetivos comuns.

Referências:

CENTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PARA O CRESCIMENTO INCLUSIVO (IPC-IG); ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). “Social protection and the empowerment of rural women in Africa – Presentation.” *Social Protection website*, 2016a. Disponível em: <<http://socialprotection.org/discover/publications/social-protection-and-empowerment-rural-women-africa-presentation>>.

Acesso em: 29 Jul. 2016.

_____. “Social protection and the empowerment of rural women in Africa – Webinar Recording.” *Social Protection website*, 2016b.

Disponível em: <<http://socialprotection.org/social-protection-and-empowerment-rural-women-africa>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

Nota:

1. Este One Pager é um resumo do webinar, que é parte de uma série sobre proteção social sensível a gênero, uma iniciativa conjunta entre o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Foi realizado em 23 de junho de 2016 e contou com uma apresentação de Amber Peterman do Centro de pesquisa UNICEF Innocenti, Markus Goldstein do Banco Mundial e Leisa Perch da ONU Mulheres – Moçambique.

Esta publicação é parte do projeto apoiado pelo Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID): “Brasil & África: combatendo a pobreza e empoderando as mulheres por meio da Cooperação Sul-Sul”.